

LAVA JATO

Uma operação desmonte move-se na esperança de não ser percebida. Mas é, e avança, a exibir o racha

EXCLUSIVO

Temer é o corretor da tentativa de vender às pressas as terras ao capital estrangeiro. Mas há quem resista...



+OI
1984-2017:
O GRANDE
IRMÃO ESTÁ
ENTRENÓS
Pag. 57

CartaCapital

cartacapital.com.br

EDITORIA
CONFIANÇA



ANO XXIII Nº 040 R\$ 14,90
22 DE FEVEREIRO DE 2017
00940
9 771809 663002

DESORDEM E

REGRESSO

MOTINS POLICIAIS, EXÉRCITO NAS RUAS...
O AJUSTE FISCAL E A CRISE NOS ESTADOS PROMOVEM
O ARROCHO, A POBREZA E PRECIPITAM O CAOS

ENSAIO: LUIZ GONZAGA BELLUZZO E GABRIEL GALÍPOLO
ENTREVISTA: MARCIO POCHMANN

CAPA

EXÉRCITO DE DESVALIDOS

ENQUANTO O DESEMPREGO, O ARROCHO E A POBREZA AVANÇAM, TEMER IMPÕE O RECEITUÁRIO NEOLIBERAL AOS ESTADOS E ACIONA AS FORÇAS ARMADAS PARA TENTAR CONTER O CAOS

por MIGUEL MARTINS E RODRIGO MARTINS

Em momentos de crise política e institucional, motins de militares não são incomuns na história do Brasil. Um dos fatos que aceleraram o golpe de 1964 foi a Revolta dos Marinheiros, cujo objetivo era garantir melhores condições aos cabos da corporação. A anistia concedida aos revoltosos pelo então presidente João Goulart precipitou a conspiração civil-militar para derrubar a ordem democrática. Na atual crise, a insubordinação fardada também se manifesta, agora sob a condução de policiais indignados com o arrocho salarial e as más condições de trabalho. Por causa da greve branca da corporação no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, amparada por familiares que bloqueiam a saída dos quartéis, o Exército é convocado a assumir o patrulhamento de locais onde o caos impera.

Não se sabe até quando as tropas serão capazes de segurar a bucha. O ajuste fiscal imposto pela União aos estados contribui de forma decisiva para o arrocho de diversos setores. Segundo o Departamento



As mulheres de PMs entraram nas negociações

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a média dos reajustes salariais de todas as categorias no Brasil está abaixo da inflação desde o segundo semestre de 2015. No ano passado, a defasagem tornou-se ainda mais dramática: 76% dos trabalhadores tiveram reajuste igual ou inferior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor. O País soma mais de 12 milhões de desempregados e,

nos últimos dois anos, fechou quase 3 milhões de empregos formais. A miséria prospera com a recessão. Até o fim do ano, o Brasil ganhará até 3,6 milhões de “novos pobres”, prevê um estudo divulgado pelo Banco Mundial na segunda-feira 13.

Durante o auge da crise de segurança pública capixaba, entre 4 e 13 de fevereiro, o Espírito Santo registrou 143 homicídios. Como os policiais estão



Em nove dias,
143 homicídios
no Espírito Santo



Endividado, o Rio
apelou mais uma vez
às tropas federais

impossibilitados pela legislação militar de paralisar suas atividades, as mulheres entraram nas negociações e reuniram-se com o governador Paulo Hartung, do PMDB, após dez dias de greve branca. Elas abriram mão da exigência inicial de um reajuste de 43% para seus maridos, mas pediram a incorporação de benefícios e anistia total dos envolvidos.

Responsável por um dos ajustes fiscais

**FESTEJADA
PELA MÍDIA,
A AUSTERIDADE
CAPIXABA DEIXOU
A POPULAÇÃO
NA LINHA DE TIRO**

mais rígidos do País, que inclui o corte de 1,3 bilhão de reais do orçamento estadual em 2016, Hartung segue caminho oposto ao de Jango. Pediu o apoio das Forças Armadas para fazer o policiamento ostensivo no estado e recusou-se a aceitar as demandas dos revoltosos. Na terça-feira 14, a comissão de negociação montada pelo governador negou conceder anistia. Após indiciar mais de 700 policiais pelo crime

CAPA

de revolta, publicou no *Diário Oficial* a demissão de 161 agentes. A crise não ficou restrita aos capixabas. No domingo 12, um total de 30 batalhões no Rio de Janeiro foi ocupado por mulheres, a impedir os maridos de prestar serviço à população. Devido à falta de policiais, uma briga entre torcedores do Botafogo e do Flamengo nos arredores do Engenheiro resultou em um morto e sete feridos.

O baixo efetivo policial em volta do estádio foi alvo de agressões e ficou acuado. Ao perceber que a crise capixaba ameaçava atravessar a fronteira norte do Rio, o governador Luiz Fernando Pezão seguiu o exemplo de seu correligionário Hartung e solicitou o apoio das Forças Armadas. A partir da terça 14, cerca de 9 mil soldados passaram a fazer o policiamento ostensivo na capital fluminense, expediente que tem se tornado frequente diante do rombo nas contas estaduais, que registrou um déficit de mais de 8 bilhões de reais entre janeiro e outubro de 2016. No Rio, os policiais não convivem apenas com salários reajustados abaixo da inflação. Reivindicam o décimo terceiro salário do ano passado e o pagamento de vencimentos atrasados por trabalho adicional durante os Jogos Olímpicos, realizados em agosto de 2016.

Dispostos a não abrir mão do contingenciamento de gastos, governadores reuniram-se, na quarta-feira 15, com Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, para evitar qualquer anistia aos revoltosos e tentar estancar a expansão do movimento grevista no País. Obviamente, o governo federal também é contra qualquer abrandamento das punições. Michel Temer chegou a sinalizar que enviaria ao Congresso um projeto de lei para regulamentar o direito de greve de funcionários públicos em serviços essenciais, mas preferiu encaminhar uma lista de sugestões sobre o tema. A preocupação do governo é frear novas paralisações de servidores, notadamente nas sempre



A demanda nos hospitais públicos não para de crescer

A INFLAÇÃO CORRÓI OS SALÁRIOS DE 76% DOS TRABALHADORES

sensíveis áreas de saúde e educação.

Em meio à penúria, estados como o Rio contavam com um socorro financeiro da União para honrar seus compromissos com os servidores, mas Temer vetou a ajuda emergencial ao sancionar a lei de renegociação das dívidas estaduais. Embora medidas polêmicas como o congelamento de salários e a privatização de estatais tenham ficado de fora do projeto aprovado pelo Congresso, o veto ao socorro imediato tem impacto direto sobre servidores com salários atrasados, cuja paciência parece estar no limite. Na educação, uma greve nacional está marcada para 15 de março e conta com a adesão de professores e profissionais da área em 20 estados. Diversas entidades de servidores de saúde também sinalizam com a

possibilidade de paralisações.

Segundo Clemente Ganz Lúcio, diretor do Dieese, a alta inflação nos últimos anos e a crise política resultaram em um contexto de grave adversidade para as negociações coletivas dos sindicatos. O sociólogo lembra que uma situação de arrocho semelhante foi vivida em 2003, no primeiro ano do governo Lula, mas naquela época as entidades trabalhistas estavam fortalecidas após a posse de um governo de viés progressista. “Hoje, a fragilidade do movimento sindical é muito maior.”

Um dos mais graves componentes do arrocho é que o ajuste dos governos e das empresas não resulta apenas em desemprego, atualmente a atingir 12% da população brasileira, mas na oferta de salários mais baixos. “Como nosso sistema de proteção social é bastante limitado, o trabalhador é obrigado a aceitar uma piora na sua condição salarial”, analisa. “O fato de haver um exército de reserva muito grande e disposto a aceitar baixas remunerações também pressiona negativamente os vencimentos.”

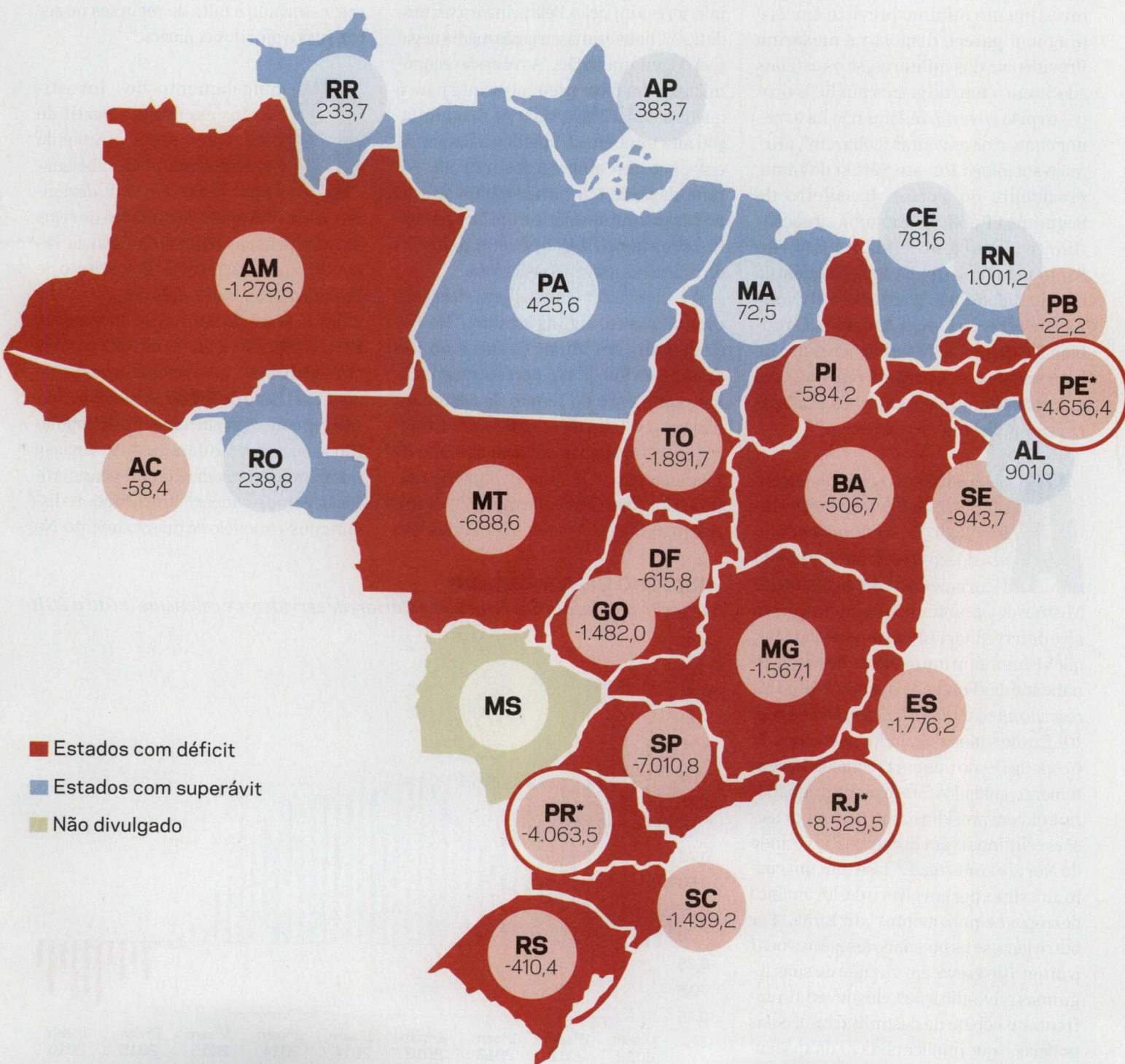
A situação dos policiais militares é um retrato



Temporão. “A saúde pública já vive uma situação dramática”

RESULTADO PRIMÁRIO NOS ESTADOS

Diferença entre receitas e despesas empenhadas de janeiro a outubro de 2016 (em milhões de reais)



- Estados com déficit
- Estados com superávit
- Não divulgado

*Estados em situação mais grave
 Fonte: Compara Brasil / Tesouro Nacional

CAPA

cristalino do arrocho. Nos últimos cinco anos, agentes de oito estados tiveram reajustes abaixo da inflação acumulada, de 34%. No Rio, a variação nos vencimentos foi de 29%. No Espírito Santo, de 21%. “Como a segurança pública não tem um investimento mínimo previsto em lei e ninguém parece disposto a mexer na Previdência dos militares, se os estados adotarem o teto de gastos públicos proposto pelo governo federal não há a menor chance de as contas fecharem”, afirma o sociólogo Renato Sérgio de Lima, presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. “Em uma situação-limite, como a ocorrida no Espírito Santo, quando a população ficou refém da criminalidade, não havia alternativa senão recorrer às Forças Armadas. O problema é que estão banalizando o uso de homens treinados para a defesa nacional e o combate a inimigos externos, e não para fazer policiamento ostensivo.”

Autorizadas pela Lei Complementar nº 97, de 1999, e pelo Decreto nº 3.897, de 2001, ambos da lavra do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, as chamadas Missões de Garantia da Lei e da Ordem são alvo de ferrenhas críticas de especialistas, que vislumbram um evidente desvio de finalidade das Forças Armadas (*leia mais a respeito na coluna de Mauricio Dias, à pág. 10*). Em dez anos, o Exército participou de 67 operações do tipo em 17 estados. Recentemente, soldados foram mobilizados para atuar em presídios controlados por facções criminosas em Roraima, Rio Grande do Norte e Amazonas. “Isso tem um custo altíssimo, por envolver o deslocamento de tropas e equipamentos”, diz Lima. “Por outro lado, se os policiais desejam evocar o direito de greve, em virtude de suas legítimas reivindicações, eles deveriam enfrentar o debate da desmilitarização das polícias, o que implica abdicar da aposentadoria especial. Na ordem militar, greve é motim.”

Outros serviços essenciais também convivem com a penúria. Segundo um levantamento de Juliano Musse, técnico do Dieese que presta serviços à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, 57% dos profissionais da área tiveram reajustes inferiores à inflação. Pela primeira vez desde 2008, houve uma variação média negativa da remuneração. “A recessão econômica foi um fator preponderante para a queda da valorização salarial, mas a inflação alta também atrapalhou a barganha entre patrões e empregados”, afirma. “No ramo da saúde, têm havido muitos atrasos no pagamento de salário e um forte embate sobre a terceirização no setor, motivando inúmeras greves Brasil afora.”

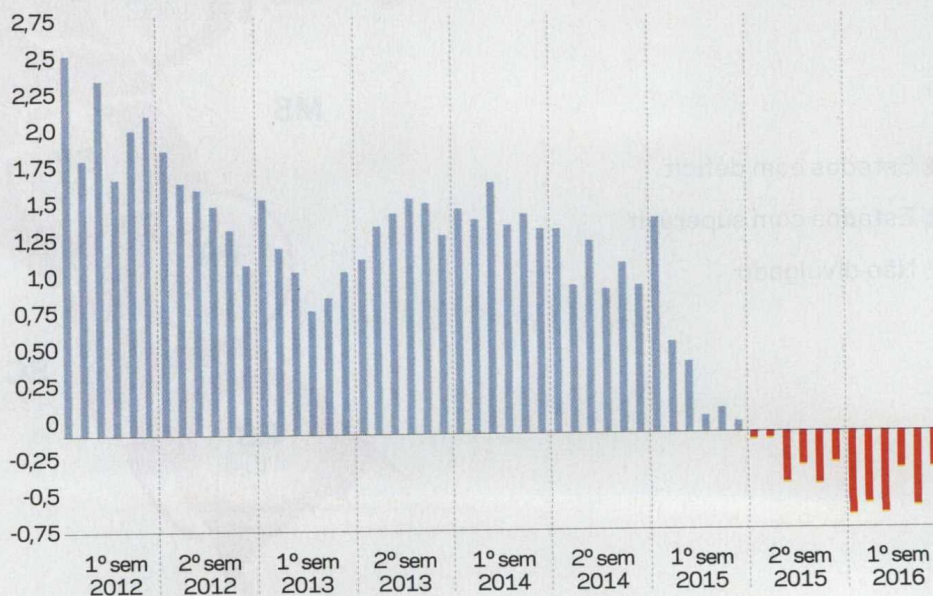
A escassez de recursos gera situações dramáticas em alguns estados. “No Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, já são perceptíveis as filas, o aumento do tempo de espera, as mortes por falta de atendimento a tempo, as interrupções no fornecimento de medicamentos”, enumera o médico sanitário José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde. “A crise econômica leva

à precarização das condições de vida e trabalho, o que aumenta a incidência de doenças. Muitos trabalhadores perderam os planos de saúde subsidiados pelas empresas em virtude do desemprego. Esse aumento da demanda pelos serviços públicos, associado à falta de recursos no setor, gera o pior dos cenários.”

O congelamento dos investimentos em saúde a partir de 2018, como prevê a Emenda Constitucional nº 95, sancionada por Temer em 15 de dezembro, pode retirar até 743 bilhões de reais do setor nos seus 20 anos de vigência, segundo uma nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada antes da aprovação da matéria. Para Temporão, trata-se de uma medida “irresponsável”, uma vez que os custos do Sistema Único de Saúde só tendem a aumentar com o envelhecimento da população, a incorporação de novas tecnologias e o aumento da prevalência de doenças crônicas, como o câncer. “Precisamos rediscutir nosso modelo de financiamento. No

ARROCHO GENERALIZADO

Variação real média dos reajustes salariais de servidores e celetistas (2012 a 2016)



Fonte: Dieese. SAS-Dieese - Sistema de Acompanhamento de Salários



mundo todo, discute-se aumentar a taxa-ção de produtos nocivos à saúde, como refrigerantes, alimentos processados, bebidas alcoólicas e cigarros. Aqui, esse debate não prospera de modo algum. O lobby contrário à criação de todo e qualquer novo tributo é enorme.”

Os educadores também padecem com a crise e a austeridade. Embora o Ministério da Educação tenha estabelecido um reajuste no piso salarial dos professores de 7,64%, pouco acima da inflação, a equiparação salarial com profissionais de mesmo nível de formação até 2020, exigência prevista no Plano Nacional de Educação, dificilmente será atingida com a tímida variação anual. Segundo Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a média dos salários dos docentes é 40% inferior ao de outras categorias. Em alguns estados, são frequentes os atrasos nos pagamentos.

Além das más condições da categoria, a greve nacional prevista para 15 de março terá como objetivo protestar contra a reforma da Previdência, proposta pelo atual ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. “Nossa categoria é composta de 80% de

BANCO MUNDIAL: 3,6 MILHÕES DE "NOVOS POBRES" ATÉ O FIM DO ANO

mulheres. Empurrar a idade mínima da aposentadoria para 65 anos é terrível especialmente para elas”, lamenta Araújo.

De acordo com o economista Marcio Pochmann, professor da **Unicamp** e presidente da Fundação Perseu Abramo, a política de austeridade fiscal, iniciada pelo ministro Joaquim Levy, no segundo mandato de Dilma Rousseff, e aprofundada por Meirelles no governo Temer, não apenas dificulta a retomada do crescimento como é responsável

pela degradação das receitas públicas. Os estados têm pouca margem de manobra, pois possuem elevadas dívidas com a União e, em sua maioria, privatizaram seus bancos estatais e estão sem condições de buscar recursos no exterior. “De 1997 a 2016, a dívida dos estados subiu de 111 bilhões de reais, em valores atualizados, para



Campello. “Estão destruindo a rede de proteção social”

476 bilhões. E foram desembolsados 277 bilhões para pagar juros e amortizações” (leia a entrevista à pág. 24).

Pochmann observa, ainda, que a reforma da Previdência não vai reconquistar a confiança do empresariado e atrair investidores privados, pois trará impactos no futuro, e não para os atuais problemas da economia, a patinar sem o incentivo do Estado.

Ao prever a incorporação de 3,6 milhões de “novos pobres” em 2017, o Banco Mundial recomendou a ampliação da cobertura do Bolsa Família. A medida será inócua, no entanto, se o governo continuar o desmonte da rede de proteção social, alerta Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social de Dilma.

A elevação da idade mínima das aposentadorias e do Benefício de Prestação Continuada, outros coelhos tirados da cartola de Meirelles, tende a aprofundar o processo de pauperização, explica. “Temo que o interesse dessa turma seja retirar de milhões de brasileiros benefícios previstos constitucionalmente e empurrá-los para o Bolsa Família, uma opção muito mais cômoda e barata para quem só pensa em gastar menos.” A Previdência paga, ao menos, um salário mínimo (937 reais) a cada aposentado ou beneficiário do BPC. O programa de transferência de renda que marcou as gestões petistas tem um benefício médio de 179 reais.

“O mais chocante é ver o noticiário festejar supostos sinais de melhora da economia, mesmo admitindo que o desemprego e a pobreza continuarão aumentando”, diz Campello. “Como isso pode ser motivo de celebração? Sem emprego e sem renda, a demanda do mercado doméstico despenca. É prejudicial para todos, inclusive para a indústria e o comércio. Só podem celebrar uma tragédia dessas os aproveitadores de sempre, que talvez se valham da fragilidade do trabalhador para arrochar os salários.”